

Em 29 de Janeiro de 2004 — nomeado chefe da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto Geográfico Português, equiparado a chefe de divisão, em comissão de serviço por um ano.

Despacho n.º 4563/2005 (2.ª série). — *Provimto do cargo de chefe da Delegação Regional do Alentejo, equiparado a chefe de divisão, cargo de direcção intermédia de 2.º grau.* — Para o provimento do cargo de chefe da Delegação Regional do Alentejo do Instituto Geográfico Português (IGP), procedeu-se à publicitação da vaga na bolsa de emprego público e no jornal *Diário de Notícias* em 20 de Dezembro de 2004, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, à qual se apresentaram duas candidatas.

Analisado o *curriculum vitae* das candidatas face ao perfil pretendido para o preenchimento do lugar, ao exercício das competências da unidade orgânica para a qual foi feita a oferta de emprego, bem como a anterior experiência no exercício da actividade de coordenação na área de actuação, considera-se que, conforme se constata pela nota curricular em anexo, a licenciada Rita Maria Sequeira reúne as condições exigidas para o preenchimento do cargo de chefe da Delegação Regional do Alentejo.

Assim, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no exercício da competência que me foi delegada pelo conselho de direcção do IGP, nomeio chefe da Delegação Regional do Alentejo do Instituto Geográfico Português, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, Rita Maria Sequeira, engenheira agrónoma assessora principal do quadro do ex-Instituto Geográfico e Cadastral, exercendo funções no Instituto Geográfico Português.

A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz efeitos a partir de 14 de Fevereiro de 2005.

14 de Fevereiro de 2005. — O Presidente, *Arménio dos Santos Castanheira*.

Nota curricular

Dados biográficos:

Nome — Rita Maria Sequeira;
Data de nascimento — 16 de Janeiro de 1955.

Formação académica — licenciatura em Agronomia pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa desde 14 de Novembro de 1980.

Categoria profissional — engenheira agrónoma assessora principal do quadro do ex-Instituto Geográfico e Cadastral (IGC) a desempenhar funções no Instituto Geográfico Português.

Experiência profissional:

- Em 19 de Abril de 1982 — iniciou as funções de engenheira agrónoma no Instituto Geográfico e Cadastral;
- Em 23 de Fevereiro de 1990 — nomeada chefe de divisão (chefe de delegação do IGC do Baixo Alentejo);
- De 26 de Outubro de 1997 a 31 de Março de 2002 — chefe de delegação do Alentejo do Instituto Português de Cartografia e Cadastramento (equiparada a chefe de divisão), em regime de gestão corrente;
- Em 1 de Abril de 2002 — nomeada engenheira agrónoma assessora principal;
- De 1 de Abril de 2002 a 28 de Janeiro de 2004 — responsável pela Delegação Regional do Alentejo do Instituto Geográfico Português (IGP), ex-IPCC;
- Em 29 de Janeiro de 2004 — nomeada chefe de divisão na Delegação Regional do Alentejo do IGP, equiparada a chefe de divisão, em comissão de serviço, por um ano.

Despacho n.º 4564/2005 (2.ª série). — *Provimto do cargo de chefe da Delegação Regional do Algarve, equiparado a chefe de divisão, cargo de direcção intermédia de 2.º grau.* — Para o provimento do cargo de chefe da Delegação Regional do Algarve do Instituto Geográfico Português (IGP), procedeu-se à publicitação da vaga na bolsa de emprego público e no jornal *Diário de Notícias* em 20 de Dezembro de 2004, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, à qual apenas se apresentou um único candidato.

Analisado o *curriculum vitae* do candidato face ao perfil pretendido para o preenchimento do lugar, ao exercício das competências da unidade orgânica para a qual foi feita a oferta de emprego, bem como a anterior experiência no exercício da actividade de coordenação na área de actuação, considera-se que, conforme se constata pela nota curricular em anexo, o licenciado Carlos Alberto Ribeiro Rodrigues reúne as condições exigidas para o preenchimento do cargo de chefe da Delegação Regional do Algarve.

Assim, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no exercício da competência que me foi delegada pelo conselho de direcção do IGP, nomeio chefe da Delegação Regio-

nal do Algarve do Instituto Geográfico Português, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, Carlos Alberto Ribeiro Rodrigues, engenheiro agrónomo assessor do quadro do ex-IHERA, exercendo funções no Instituto Geográfico Português.

A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz efeitos a partir de 14 de Fevereiro de 2005.

14 de Fevereiro de 2005. — O Presidente, *Arménio dos Santos Castanheira*.

Nota curricular

Dados biográficos:

Nome — Carlos Alberto Ribeiro Rodrigues;
Data de nascimento — 3 de Março de 1950.

Formação académica — licenciatura em Engenharia Agronómica, com média de 13,8 valores, no Instituto Superior de Agronomia, em 1975.

Categoria profissional — engenheiro agrónomo assessor do quadro do ex-IHERA, a desempenhar funções no Instituto Geográfico Português.

Experiência profissional:

- Em Maio de 1979 — coordenador do Grupo de Hidrologia e Meteorologia no Projecto de Drenagem e Conservação do Solo no Alentejo;
- Em Março de 1980 — responsável pelo Subprojecto de Hidrologia e Agro-Meteorologia, do Projecto dos Regadios do Algarve;
- Em Dezembro de 1980 — responsável pelo Subprojecto da Selecção de Novas Áreas de Regadios, do Projecto de Regadios do Algarve;
- Em Janeiro de 1982 — responsável pelo Subprojecto da Produção Agrícola, do Projecto de Regadios do Algarve;
- Em Fevereiro de 1992 — responsável pelo sector de expropriações/indemnizações no Projecto do Sotavento do Algarve;
- Em Novembro 1992 — nomeado representante do Estado na Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento Algarvio;
- Em 1994 — interlocutor do IEADR junto da Geometral na realização do trabalho «Informatização do cadastro do Sotavento Algarvio»;
- Em Janeiro de 2001 — nomeado, em regime de substituição, chefe da Delegação Regional do Algarve do ex-Instituto Português de Cartografia e Cadastramento, equiparado a chefe de divisão;
- Em 26 de Abril de 2001 — nomeado assessor da carreira de engenheiro;
- Em Abril de 2002 — responsável da Delegação Regional do Algarve do Instituto Geográfico Português;
- Em Fevereiro de 2004 — nomeado chefe da Delegação Regional do Algarve do IGP, equiparado a chefe de divisão, em comissão de serviço por um ano.

Despacho n.º 4565/2005 (2.ª série). — *Provimto do cargo de chefe da Delegação Regional dos Açores, equiparado a chefe de divisão, cargo de direcção intermédia do 2.º grau.* — Para o provimento do cargo de chefe da Delegação Regional dos Açores do Instituto Geográfico Português (IGP), procedeu-se à publicitação da vaga na bolsa de emprego público e no jornal *Diário de Notícias* em 20 de Dezembro de 2004, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, à qual apenas se apresentou um único candidato.

Analisado o *curriculum vitae* do candidato, face ao perfil pretendido para o preenchimento do lugar e ao exercício das competências da unidade orgânica para a qual foi feita a oferta de emprego, bem como a anterior experiência no exercício da actividade de coordenação na área de actuação considera-se que, conforme se constata pela nota curricular em anexo, o licenciado Luís Francisco Cordeiro Furtado reúne as condições exigidas para o preenchimento do cargo de chefe da Delegação Regional dos Açores.

Assim, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no exercício da competência que me foi delegada pelo conselho de direcção do IGP, nomeio chefe da Delegação Regional dos Açores do IGP, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, Luís Francisco Cordeiro Furtado, engenheiro agrónomo assessor do quadro do ex-Instituto Geográfico e Cadastral, exercendo funções no IGP.

A presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço e produz efeitos a partir de 14 de Fevereiro de 2005.

14 de Fevereiro de 2005. — O Presidente, *Arménio dos Santos Castanheira*.

Nota curricular

Dados biográficos:

Nome — Luís Francisco Cordeiro Furtado;
Data de nascimento — 27 de Maio de 1955.

Formação académica — licenciatura em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1979, com a classificação final de 14,2 valores.

Categoria profissional — engenheiro agrónomo assessor do quadro do ex-Instituto Geográfico e Cadastral, a desempenhar funções no Instituto Geográfico Português.

Experiência profissional:

De 11 de Janeiro de 1982 a 23 de Novembro de 1986 — prestou serviço na Delegação Regional dos Açores do Instituto Geográfico e Cadastral (IGC), onde desempenhou as funções de perito de avaliação cadastral;

De 13 de Agosto de 1984 a 12 de Fevereiro de 1985 — chefe da Delegação Regional dos Açores do IGC, em regime de substituição;

De 24 de Novembro de 1986 a 5 de Janeiro de 1993 — prestou serviço na Delegação Regional dos Açores do Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP), onde desempenhou funções de técnico analista de projectos de investimentos agrícolas apresentados no âmbito do Regulamento (CEE) n.º 797/85, do Conselho, de 12 de Março;

De 6 de Janeiro de 1993 a 9 de Abril de 1994 — chefe da Delegação Regional dos Açores do IGC, equiparado a chefe de divisão;

Desde Abril de 1997 — engenheiro agrónomo assessor do quadro do ex-IGC, actual Instituto Geográfico Português (IGP);

De 10 de Abril de 1994 a 30 de Setembro de 1997 — chefe da Delegação Regional dos Açores do Instituto Português de Cartografia e Cadastro (ex-IGC), equiparado a chefe de divisão;

De 1 de Outubro de 1997 a 30 de Setembro de 2001 — delegado regional na Delegação Regional dos Açores do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP);

De 1 de Outubro de 2001 a 24 de Agosto de 2003 — prestou serviço na Delegação Regional dos Açores do IPCC e, posteriormente, do IGP, onde desempenhou funções como perito de avaliação cadastral;

De 25 de Agosto de 2003 a 28 de Janeiro de 2004 — responsável pela Delegação Regional dos Açores do IGP;

Em 29 de Janeiro de 2004 — nomeado chefe da Delegação Regional dos Açores do IGP, equiparado a chefe de divisão, em regime de comissão de serviço, por um ano.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação

Despacho n.º 4566/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei

n.º 110/96, de 2 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de protecção integrada nas culturas de figueiral, frutos secos (amendoeira, aveleira, castanheiro e nogueira), olival, pomóides, prunóideas (ameixeira, cerejeira, damasqueiro e pessegueiro) e vinha a organização de agricultores seguidamente indicada:

FLORDAGUA — Associação para a Produção e Protecção Integrada do Norte, associação com sede na Travessa da Praça de 5 de Outubro, 10, 2.º, freguesia de Mirandela, concelho de Mirandela, distrito de Bragança, e com o número de identificação de pessoa colectiva P 507083970.

14 de Fevereiro de 2005. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *David Ribeiro de Sousa Gerales*.

Despacho n.º 4567/2005 (2.ª série). — Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 180/95, de 26 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 110/96, de 2 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 240/99, de 25 de Junho, reconheço como de protecção integrada nas culturas de arroz, vinha, hortícolas e horto-industriais (tomate) e produção integrada de arroz e vinha a organização de agricultores seguidamente indicada:

Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal — associação com sede na Avenida de Palmela, 14, 2965-316 Poceirão, freguesia de Poceirão, concelho de Palmela, distrito de Setúbal, e com o número de identificação de pessoa colectiva 501922857.

14 de Fevereiro de 2005. — O Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, *David Ribeiro de Sousa Gerales*.

Secretaria-Geral

Louvor n.º 156/2005. — Tendo o licenciado Manuel António Capelo Lopes Seborro sido nomeado o «Funcionário do ano de 2002» desta Secretaria-Geral, não posso deixar de, publicamente, reconhecer as suas qualidades humanas, a lealdade, a dedicação e a elevada competência profissional sempre demonstradas no desempenho das tarefas que lhe são confiadas.

Considerando que a atribuição desta distinção poderá servir de exemplo e de incentivo a outros funcionários da Administração Pública, entendo que este testemunho de louvor deve ser tornado público.

14 de Fevereiro de 2005. — O Secretário-Geral, *Carlos Viana de Carvalho*.

Louvor n.º 157/2005. — Tendo o chefe de repartição Fernando Messias Lourenço da Silva sido nomeado o «Funcionário do ano de 2003» desta Secretaria-Geral, não posso deixar de, publicamente, reconhecer as suas qualidades humanas, a lealdade, a dedicação e a elevada competência profissional sempre demonstradas no desempenho das tarefas que lhe são confiadas.

Considerando que a atribuição desta distinção poderá servir de exemplo e de incentivo a outros funcionários da Administração Pública, entendo que este testemunho de louvor deve ser tornado público.

14 de Fevereiro de 2005. — O Secretário-Geral, *Carlos Viana de Carvalho*.

Direcção-Geral de Protecção das Culturas

Aviso n.º 2121/2005 (2.ª série). — Em cumprimento da obrigação prescrita no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, publica-se a lista das obras públicas adjudicadas durante o ano de 2004, por esta Direcção-Geral, com referência aos valores envolvidos, forma de atribuição e entidades adjudicatárias:

Número	Designação da empreitada	Adjudicatário	Forma de atribuição	Valor sem IVA (euros)
1	Obras de reparação de paredes s/ pintura e afagamento e enceramento de pavimento nas salas 102, 103, 104, 106, 108, 110 e 117.	CONSTRUMASIL — Soc. Const. Civis, L. ^{da}	Ajuste directo	3 695,49
2	Obras de beneficiação e reparação no edifício da Reprografia — Oeiras.	CONSTRUMASIL — Soc. Const. Civis, L. ^{da}	Ajuste directo	2 114,63
3	Obras no espaço da EEHRC, sala 105 — demolição da estufa fixa existente e reabilitação do espaço a incorporar na sala.	CONSTRUMASIL — Soc. Const. Civis, L. ^{da}	Ajuste directo	1 248,19